



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos de Prestação de Contas
De 1 de janeiro a 12 de outubro de
2017**

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÓDIGO POCAL

13

TRIBUNAL DE CONTAS

28

**Documento
Nº. 2**

RELATÓRIO DE GESTÃO

I – Preâmbulo

No cumprimento da alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art.º 76 da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de Prestação de Contas Intercalares do Município da Golegã, referentes a 12 de outubro de 2017.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na Sessão Ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeita, conforme determina a alínea l) do n.º. 2 do artº. 25º. da citada Lei n.º. 75/2013.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como as instruções do Tribunal de Contas n.º. 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º. 4/2001 – 2ª. Secção, alterada pela Resolução n.º. 6/2013 – 2ª. Secção, e pela Resolução n.º. 2/2014, de 27 de novembro, bem como nos termos do artº. 51º., alínea m) e 52º. da Lei n.º. 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º. 20/2015, de 9 de março.

Conforme dispõem os diplomas anteriormente referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:



- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Tendo em conta que o Relatório de Contas é elaborado na sequência da mudança do Executivo Camarário e na obrigatoriedade da Prestação de Contas Intercalares a 12 de outubro ao Tribunal de Contas, parece não ser conveniente realizar-se comparações com exercícios económicos anteriores, dado tratarem-se de períodos de horizonte temporal diferentes. Tal acontecerá aquando a elaboração da Prestação de Contas referente ao ano económico de 2017.

O Relatório de Gestão tem como finalidade complementar, disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

II – SITUAÇÃO ECONÓMICA

De harmonia com o previsto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente relatório de gestão, relativo a 12/10/2017, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do município, bem como, relativamente à sua situação económica e financeira.

A 12/10/2017, registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

<u>Descrição</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
<i>Correntes</i>	4.074.136,44 €	3.991.469,48 €
<i>Capital</i>	767.019,68 €	872.490,89 €
<i>Outras</i>	374,69 €	-
Total	4.841.530,81 €	4.863.960,37 €

<u>Descrição</u>	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes		82.666,96 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital		-105.471,21 €
Diferença parcial (correntes e capital)		-22.804,25 €
Outras Receitas		374,69 €
Diferença Total		-22.429,56 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2016		30.939,38 €
Saldo do Exercício a 12/10/2017		8.509,82 €

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 82.666,96 euros em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 105.471,21 euros, verificando-se que a poupança corrente foi absorvida para fazer face a despesas de investimento.

O diferencial negativo de 22.804,25 euros somado ao valor de 374,69 euros referente às outras receitas mais o saldo transitado do exercício de 2016, resulta num saldo para o exercício seguinte de 8.509,82 euros.

ESTRUTURA NAS DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTAIS:

Em termos específicos verificaram-se os seguintes valores:

DESPESA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	De 01/01/2017 a 12/10/2017	
	Valor	Peso da Rubrica
01 – Pessoal	1.552.729,38	31,92%
02 – Aquisição de bens e serviços	1.962.835,47	40,35%
03 – Juros e outros encargos	19.711,73	0,41%
04 – Transferências correntes	364.019,42	7,48%
05 – Subsídios	75.842,99	1,56%
06 – Outras despesas correntes	16.330,49	0,34%
SOMA DESPESAS CORRENTES	3.991.469,48	82,06%
07 – Aquisição de bens de capital	489.657,32	10,07%
08 – Transferências de capital	22.050,03	0,45%
09 – Ativos financeiros	19.593,00	0,40%
10 – Passivos financeiros	341.190,54	7,01%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	872.490,89	17,94%
TOTAL GERAL	4.863.960,37	100,00%

RECEITA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	De 01/01/2017 a 12/10/2017	
	Valor	Peso da Rubrica
01 – Impostos diretos	710.287,70	14,58%
02 – Impostos indiretos	18.709,26	0,38%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	360.109,94	7,39%
05 – Rendimentos de propriedade	10,84	0,0002%
06 – Transferências correntes	2.362.266,54	48,48%
07 – Venda de bens e serviços correntes	604.776,75	12,41%
08 – Outras receitas correntes	17.975,41	0,37%
SOMA RECEITAS CORRENTES	4.074.136,44	83,62%
09 – Venda de bens de investimento	125.000,00	2,57%
10 – Transferências de capital	215.496,00	4,42%
12 – Passivos financeiros	426.523,68	8,75%
SOMA RECEITAS CAPITAL	767.019,68	15,74%
OUTRAS RECEITAS	31.314,07	0,64%
TOTAL GERAL	4.872.470,19	100,00%

De seguida, apresentamos o mapa resumo da execução das GOP – Grandes Opções do Plano referente ao montante previsto e executado até 12 de outubro de 2017. Nos mapas anexos a estes Documentos de Prestação de Contas encontram-se os mapas com os valores referidos por ações.

De referir que nestes mapas anexos, bem como no mapa resumo, as funções encontram-se distribuídas no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes. A soma destes dois documentos constitui as GOP – Grandes Opções do Plano.

A maior parte das funções engloba despesas nas AMR e no PPI, embora a nível de Projetos/Ações este tipo de despesas têm que ser devidamente separadas, mediante a respetiva classificação orçamental, fazendo parte do PPI todas as classificações económicas 07 (Aquisição de bens de capital) e das AMR, todas as restantes classificações económicas, independentemente de serem correntes ou de capital.

Destacando-se a 12 de outubro de 2017, as seguintes ações:

	Designação do Projeto/Ação	Valores
2016/10-2	<i>Reserva Natural do Paúl do Boquilobo - PORTUGAL 2020 - Património Natural - Execução da Obra</i>	74.800,75 €
2014/30-4	<i>Transportes - Aquisição de viaturas e equipamentos de transporte</i>	50.000,00 €
2014/30-5	<i>Transportes - Aquisição de um trator</i>	40.584,69 €
2014/150	<i>Habitação - Reparação e Reabilitação de habitações Municipais</i>	31.906,92 €
2014/62-1	<i>Escola EB 2.3 Mestre Martins Correia - Remoção das coberturas de fibrocimento dos espaços de recreio</i>	20.999,04 €
2014/20-2	<i>Serviços Gerais do Município - Software informático</i>	20.634,99 €

Estes investimentos representaram cerca de 48,79% do PPI.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades Mais Relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano.

Em termos de valores nas AMR há a destacar as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2014/740	Transferências para as juntas de freguesia do concelho - financiamento de despesas correntes e delegação de competências	121.459,78 €
2014/95-2	Mais natalidade- Programas de apoio à natalidade - transferências	64.999,10 €
2014/80-1/1	Serviços Auxiliares de Ensino - Transportes escolares	56.592,85 €
2014/670-2/3	Feira Nacional do Cavalo - Transferências correntes para a Associação	55.000,00 €
2014/670-2/9	Exposições, seminários e alugueres de equipamento	37.133,42 €
2014/70-1	Ensino Superior -Bolsas de estudo aos alunos do ensino superior	29.061,10 €

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita à conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município que afetaram, essencialmente as despesas de funcionamento.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO – IMOBILIZADO

Designação		12-10-2017	
		Valores	%
Bens do Domínio Público			
453	Outros Construções e Infraestruturas	98.140,94	0,22%
455	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	91.414,39	0,21%
459	Outros Bens do Domínio Público	6.583.764,35	14,93%
445	Imobilizações em Curso	9.200,00	0,02%
Imobilizações Incorpóreas			
431	Despesas de Instalação	217.268,95	0,49%
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	50.523,54	0,11%
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	2.934,28	0,01%
443	Imobilizações em Curso	56.643,71	0,13%
Imobilizações Corpóreas			
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.600.575,71	5,90%
422	Edifícios e Outras Construções	26.831.446,93	60,86%
423	Equipamento Básico	2.679.663,83	6,08%
424	Equipamento de Transporte	530.695,52	1,20%
425	Ferramentas e Utensílios	238.246,95	0,54%
426	Equipamento Administrativo	1.048.745,38	2,38%
429	Outras Imobilizações Corpóreas	2.182.208,63	4,95%
442	Imobilizações em Curso	299.930,59	0,68%
448	Adiantamentos por conta de Imob. Corpóreas	1.120,00	0,00%
Investimentos Financeiros			
411	Partes de Capital	288.905,00	0,66%
412	Obrigações e Títulos de Participação	274.301,06	0,62%
Total		44.085.729,76	100,00%

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, à data de 12 de outubro de 2017, verificou-se um aumento global 618.353,12 euros, relativamente a 2016.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos a 12/10/2017, é o seguinte:

Designação		A 12/10/2017	
		Valores	%
61	Custo das matérias consumidas	122.772,76	2,66%
62	Fornecimentos e serviços externos	1.696.332,24	36,75%
64	Custos com pessoal	1.490.102,85	32,28%
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	445.424,38	9,65%
66+67	Amortizações e provisões do exercício	770.941,87	16,70%
68	Custos e perdas financeiras	23.650,10	0,51%
69	Custos e perdas extraordinárias	66.992,96	1,45%
TOTAIS		4.616.217,16	100,00%

As duas rubricas com maior peso no total dos custos são as rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos e a rubrica de custos com pessoal, representando a 12 de outubro, cerca de 69% do total dos custos.

Seguindo-se as amortizações e provisões do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a mais de 770 mil euros, devido a irem terminando algumas amortizações dos bens de imobilizado.

PROVEITOS

Designação		Até 12/10/ 2017	
		Valores	%
71	Venda e prestações de serviços	528.628,51	11,53%
72	Impostos e taxas	1.036.156,89	22,59%
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	2.706.061,29	59,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	6,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	21.558,50	0,47%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	293.832,77	6,41%
TOTAIS		4.586.243,96	100,00%

Na globalidade, registou-se mais de 4.500 milhões euros, motivado essencialmente pela rúbrica transferências e subsídios obtidos, da qual este Município dependente, representando a 12 de outubro cerca de 59% do total dos proveitos.

Seguindo-se a rúbrica de Impostos e Taxas, com cerca de 23% desta estrutura.

III – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os indicadores de natureza orçamental apresentam uma visão global da receita e da despesa, estabelecendo relações de grandeza entre ambas. De seguida, apresenta-se os seguintes indicadores:

Autonomia Financeira:

	12-10-2017	Ano de 2016
Fundos Próprios e Passivo		
Passivo Total	938,27%	982,75%

	12-10-2017	Ano de 2016
Fundos Próprios		
Ativo Líquido	63,32%	63,09%

Liquidez Geral:

	12-10-2017	Ano de 2016
Ativo Circulante		
Passivo Circulante	14,13%	20,98%

Solvabilidade:

	12-10-2017	Ano de 2016
Fundos Próprios		
Passivo Total	172,61%	170,94%

Capacidade do Endividamento:

	12/10/ 2017	Ano de 2016
Fundos Próprios		
Capitais permanentes	92,74%	92,40%

Estrutura do Endividamento:

	12/10/ 2017	Ano de 2016
Dívidas a terceiros de curto prazo		
<hr/> Fundos Próprios e Passivo	5,70%	4,98%

Grau de Dependência:

	12/10/ 2017	Ano de 2016
Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo		
<hr/> Activo Líquido Total	4,96%	5,19%

Rácios Orçamentais:

	12/10/ 2017	Ano de 2016
Receita Total		
<hr/> Despesa Total	99,53%	100,16%

	12/10/ 2017	Ano de 2016
Receitas Correntes		
<hr/> Despesas Correntes	102,07%	102,41%

	12/10/ 2017	Ano de 2016
Receitas de Capital		
<hr/> Despesas de Capital	87,91%	88,55%

	12/10/ 2017	Ano de 2016
Despesa com o Pessoal		
<hr/> Despesa Total	31,92%	33,14%

As demonstrações apresentadas dão conta que o Município da Golegã possui uma boa estabilidade financeira, conforme indicadores patrimoniais com base no respetivo balanço.

Ao nível orçamental os rácios indicam uma boa estabilidade, verificando-se que uma boa parte das receitas correntes serviu para financiar as despesas de capital.

Apesar da conjuntura económica e social, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das disponibilidades do Município.

Por outro lado, algumas alterações legislativas têm contribuído para que os assuntos financeiros sejam tratados com transparência e extremo rigor, ajudando na melhoria dos resultados e na sua transparência.

IV - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

O art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula o limite da dívida total, prevendo que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º (entidades relevantes para o apuramento da dívida), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No Município da Golegã, o limite da dívida de operações orçamentais a 12 de outubro, era o seguinte:

A 12/10/2017	Receita corrente líquida cobrada
2016	5.549.605
2015	5.479.131
2014	4.946.531
Total	15.975.267
Média da receita	5.325.089
Limite dívida operações orçamentais	7.987.633,50

De acordo com o n.º 2 do referido artigo, *“A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”*

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

O limite da dívida total de operações orçamentais do Município da Golegã, para o período em análise, era o seguinte:

Data de Referência	Valor
A 31/12/2014	3.842.725,84
A 31/12/2015	3.414.250,87
A 31/12/2016	3.193.258,69
A 12/10/2017	3.385.864,00
Redução da Dívida a 12/10/2017	-456.861,84

Tendo-se verificado uma redução global da dívida, em cerca de -456.861,84€ (-12,55%), como se pode ver na tabela anterior.

Designação de indicadores	Valores
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	1.939.482,00 €
- Fundo Social Municipal (corrente)	82.263,00 €
- Participação Variável no IRS (corrente)	124.368,00 €
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	215.496,00 €
- Despesas de Investimento do ano anterior (2016)	292.469,43 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2016	5.549.605,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2015	5.479.131,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2014	4.946.531,00 €
- Média da receita corrente líquida	5.325.089,00 €
- Limite dívida total 2017 (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013)	7.987.633,51 €
- Dívida total do Município excluindo Não Orçamentais e FAM	3.494.141,00 €
- Margem disponível	4.493.492,00 €
- Utilização da margem disponível - Indicação da DGAL (Anexo)	898.698,00 €
- Percentagem utilizada pelo Município	43,74%
- Percentagem total disponível	56,26%
- Percentagem disponível - Indicação da DGAL	11,25%

VI - Prazo Médio de Pagamentos:

A fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos – PMP, consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no Diário da Republica n.º 71, 2ª série Parte C.

E, de acordo com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que iniciou em 2012, veio regular esta matéria de modo direto ao implementar rotinas de monitorização e, também mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento deste stock na vigência da Lei.

Adicionalmente a Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento de Estado de 2014, inscreveu objetivos de redução do endividamento das entidades incluídas no subsector da administração local, por ligação aos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

	31-03-2016	30-06-2016	30-09-2016	31-12-2016	30-09-2017
Prazo Médio de Pagamento	179	172	158	136	127
PMP Superior a 90 dias					

É importante referir que, o prazo médio de pagamentos acima dos 90 dias não tem interferido com as relações com os fornecedores.

VII – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste período de 01 de janeiro a 12 de outubro de 2017 e após o encerramento do exercício de 2016 verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 350.000 Euros, para fazer face ao pagamento aos fornecedores de conta corrente.

Golegã, 9 de abril de 2018.

O Presidente da Câmara,



(José Veiga Maltez, Dr.)



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos de Prestação de Contas
De 1 de janeiro a 12 de outubro de
2017**

DOCUMENTOS ANEXOS

AO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ficha do Município

GOLEGÃ

3.º Trimestre de 2017

A. Dados entidade:

Área (Km2) 84.32 População (hab.) 5576 Eleitores (n.º) 4768
Pessoal ao serviço (n.º) 109 (3.º Trimestre de 2017)

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.946.531	5.479.131	5.549.605	15.975.267	5.325.089

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2017 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 7.987.633,51

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
7.987.634	01/01/2017						
	3.193.259	56.618	3.249.877	3.023.230		4.964.404	992.881
	30/09/2017						
	3.385.864	320.871	3.706.734	3.494.141		4.493.492	898.698
Variação da Dívida %							15,58%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							521.969

E. Prazo Médio de Pagamentos: (30-09-2017)

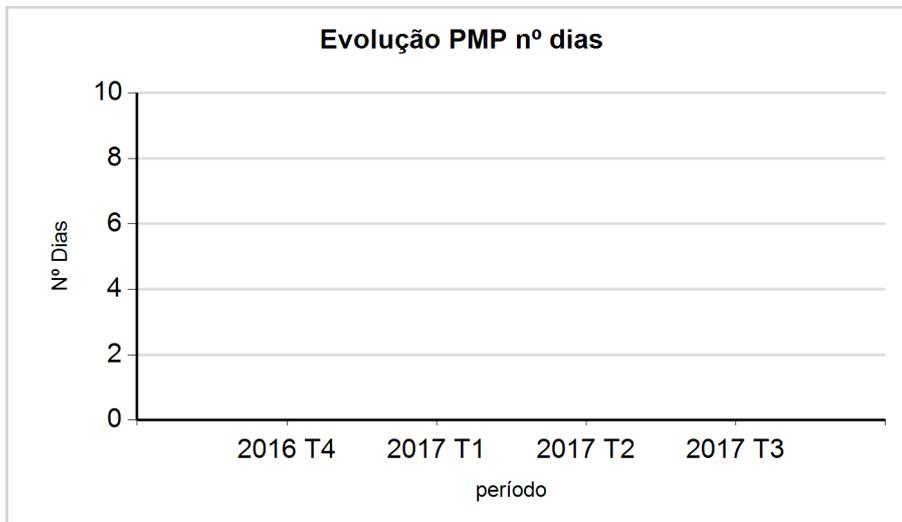
1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 5.933.736 PMP 127 dias
2. Aquisição acumuladas 4.270.024
3. Último PMP publicado 136 dias (31/12/2016)

PMP superior a 90 dias

Ficha do Município

GOLEGÃ

3.º Trimestre de 2017



F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	5.325.089	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	86,76%
Dívida total excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM (31-12-2016) <small>(período corrente)</small>	3.023.230	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	82,75%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2016) <small>(período corrente)</small>	1.556.286		

-Saneamento Financeiro-

Condições de adesão facultativa

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Recuperação Financeira

Dívida total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos

Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Ficha do Município

GOLEGÃ

3.º Trimestre de 2017

Receitas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.549.605	933.396	16.847	4.001	6.503.850	5.418.863	1.054.048	6.472.911	30.939

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	1.660.188	Variação	Valor (2 - 1)	-73.995
2. Ano n	1.586.193		% (2-1)/1	-4,46%

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	107	Variação	Valor (2 - 1)	2
2. Ano n	109		% (2-1)/1	1,87%

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim